

## UM CURSO DE ARQUIVOLOGIA PARA EMPRESAS

RESUMO: Faz-se desenvolvida análise de um artigo sobre a criação e funcionamento, em Lisboa, de um curso de Arquivologia para empresas. Examina-se a natureza do curso, os programas respectivos e a conveniência da sua extensão e oficialização, concluindo-se pela necessidade de se ampliar o actual Curso de Bibliotecário-Arquivista no sentido de dar melhor preparação cultural e técnica aos seus diplomados, de acordo com as modernas exigências inerentes.

O extraordinário desenvolvimento económico do mundo hodierno, nos campos da agricultura, da indústria e do comércio, e das finanças, com o seu natural reflexo português, agora de grande projecção nos territórios metropolitano e ultramarino, postula a formação e adestramento de pessoal devidamente habilitado para a gerência completa, eficiente e esclarecida das empresas nele efectivamente envolvidas e integradas.

A complexa problemática que tais empresas têm de equacionar e resolver, para a consecução de uma produção perfeita, e vantajosa disseminação e colocação dos seus produtos, — sua razão de existir — resolve-se numa ciência que abrange a direcção e produtividade, a estrutura da empresa, as relações humanas, a administração do pessoal, o comando, fiscalização e supervisão, os registos, relatórios e arquivos, organização e direcção da produção, compras e reservas; direcção financeira, distribuição e vendas, pesquisas e relações públicas, propaganda, serviços culturais etc., tudo subordinado a organização metódica de rápida e pronta utilização<sup>(1)</sup>.

É óbvio que a dispersão destes serviços em secções individuais com ficheiros próprios facilita o escoamento do expediente, ainda que tudo esteja sujeito a uma direcção e fiscalização superior que não deve impedir uma certa autonomia e automatismo das secções; mas a organização unitária das referências seccionais e a sua arrumação integral, sobretudo no que representa

---

(1) ETTINGER, Karl E. — *Administração racional de empresas. Direcção e produtividade*. S. Paulo, 1964, 12 vol; e *Textos seleccionados de Administração Pública*. Rio de Janeiro, 1964, 14 vol.. Sobre as relações humanas, públicas e propaganda, vejam-se também: PRAT GABALLI, Pedro — *Publicidad racional*. Barcelona-Madrid, 1934; CHAUMELY, Jean e HUISMAN, Denis — *Les relations publiques*. Paris, 1963; BAUD, Francis — *Les relations humaines*. Paris, 1965; LO DUCA — *L'affiche*. Paris, 1951.

trabalho transacto e revocável, pertencem aos serviços arquivísticos, que podem ser a um tempo de carácter vivo e pragmático e de cunho histórico-documental.

A integração de todas aquelas actividades de organização é em grande parte de natureza cultural e técnica, o que levou muitas instituições colectivas e empresas a promoverem actividades conducentes à valorização própria, à eficiência do seu pessoal, e à sua projecção no mundo dos negócios e do público em geral. Algumas fomentam a investigação científica adequada ao melhoramento da sua produção, outras criam cursos de preparação de pessoal, outras fundam escolas, outras impulsionam colóquios, simpósios, conferências, palestras, outras ainda organizam exposições e museus, publicam livros, monografias e revistas em que, a par com estudos de ordem técnica especializada, se encontram trabalhos de carácter histórico. Em Portugal, nas últimas décadas, tais actividades, bem meritórias, têm-se desenvolvido em larga escala, e têm contribuído simultâneamente para o incremento económico e para o progresso cultural. Lembramos, ao acaso, a indústria dos lanifícios com a sua revista *Lanifícios*; as Associações Comerciais de Lisboa (1) e Porto, a revista *Comércio Português* (1940 e segs.); o Instituto do Vinho do Porto e a Junta Nacional do Vinho com os *Anais*; a Junta Nacional do Azeite com o seu *Boletim* (2); a Companhia Geral da Agricultura dos Vinhos do Alto-Douro de Vila Nova de Gaia, com o seu arquivo e museu; o Banco de Portugal, com a sua biblioteca, o seu arquivo geral, o seu arquivo histórico com o seu *Boletim* (3); a Associação Industrial Portuguesa, que, além da sua revista *Indústria Portuguesa*, tem publicado vários estudos importantes de ordem técnica e histórica (4), e a sua Comissão de Produtividade (COPRAI), que tem enviado missões de estudo ao estrangeiro destinadas à actualização de dirigentes e quadros técnicos de gestão e organização de empresas; o Gabinete de Higiene e Segurança do Trabalho, da Junta de Acção Social, que promoveu (Outubro de 1966) o primeiro Curso de formação de dirigentes de empresas, sobre acidentes de trabalho e doenças profissionais; o Instituto Nacional de Investigação Industrial, que organizou cursos práticos permanentes (Outubro 1966) de especialização e aperfeiçoamento de técnicos portugueses que exercem a sua actividade na indústria ou nos laboratórios oficiais; o Instituto Português de Embalagem, que realizou um ciclo de conferências em Lisboa e Porto (Outubro de 1966) acerca das técnicas de acondicionamento; a Associação Industrial Portuense, que publica a revista mensal a *Indústria do Norte* e que tem concedido bolsas de estudo a estudantes dos ensinos superior, liceal e técnico, etc., etc..

(1) Vide FONSECA, Joaquim Roque da — *Cem anos de defesa da Economia Nacional. 1834-1934. História da Associação Comercial*. Lisboa, 1934.

(2) LANGHANS, Franz Paul de Almeida — *Apontamentos para a história do azeite em Portugal*. Lisboa, 1949, sep. do mesmo *Boletim*.

(3) NATÁRIO, Adelino Pedro Ramos — *Biblioteca-Arquivo do Banco de Portugal*, in: *Actas do I Encontro dos Bibliotecários-Arquivistas Portugueses*. Coimbra, 1966, p. 479-584.

(4) Por exemplo: MACEDO, Jorge Borges de — *Problemas da história da Indústria Portuguesa no séc. XV*. Lisboa, 1963. Até este ano tinha a Associação, na sua série de *Estudos de Economia Aplicada*, dado a lume vinte trabalhos valiosos, na sua maioria já esgotados.

Também há cinco anos o Sindicato Nacional dos Empregados de Escritório do Distrito de Lisboa, por intermédio do seu Centro de Aperfeiçoamento Profissional, incluiu a disciplina de Arquivologia nos seus cursos, que se estuda desde 1961 naquela cidade, com grande interesse dos seus frequentadores e benéficos resultados.

\*

Aquela cadeira de Arquivologia foi regida originariamente pelos srs. professores José Damasceno Ferreira<sup>(1)</sup> e Sousa Borges, e de 1962-1963 em diante pelo sr. professor Emanuel Domingos de Oliveira, que, em boa hora publicou o sugestivo artigo *A Arquivologia e os Arquivos de Empresa*, no n.º 3, do vol. III dos *Cadernos de Biblioteconomia, Arquivística e Documentação* (Julho, 1966), no qual documenta objectivamente as actividades docentes e discentes naquela disciplina desenvolvidas, e bem assim apresenta os programas respectivos, que ocasionalmente discute.

A constituição de arquivos pelos comerciantes era obrigatória, conforme determinava o *Código Comercial* de 1888<sup>(2)</sup> no seu artigo 40, que rezava: «Todo o comerciante é obrigado a arquivar a correspondência e telegramas que receber, os documentos que provarem pagamentos e os livros da sua escrituração mercantil, devendo conservar tudo pelo espaço de vinte anos»; contudo a própria lei continha em si o fundamento da sua inoperância, não somente no prazo de arquivação por aquele tempo, mas ainda pelo disposto no artigo subsequente, 41, que estatuiu: «Nenhuma autoridade, juízo ou tribunal pode fazer ou ordenar varejo ou diligência alguma para examinar se o comerciante arruma ou não devidamente os seus livros de escrituração mercantil». As restrições dos artigos 42, 43, e as disposições, também restritivas do artigo 44, completavam a dissolução da própria lei, neste ponto; de modo que, salvo raras e honrosas excepções, praticamente não existiam arquivos comerciais. O incremento económico, promovendo o aumento de volume dos negócios, nos mercados interno e externo, a necessidade de se manter uma correspondência referencial, de se guardarem documentos imprescindíveis, alvarás, licenças, contratos, contas, facturas, propostas, acordos, letras, notificações, recibos fiscais ou outros, enfim toda a casta de elementos justificativos do movimento transaccional de qualquer empresa no decorrer do tempo, e ainda das suas flutuações económicas e também das suas vicissitudes históricas, conduziram à organização e conservação de núcleos documentais.

Nestas condições, surgiram os imperativos arquivísticos, como sempre sucede em idênticas circunstâncias, e assim, modernamente, todas as empresas, sobretudo as grandes, têm o seu centro documental organizado, tanto quanto possível em arquivo, por vezes até com certa

---

(1) O Sr. Prof. José Carlos Damasceno Ferreira é autor de uns *Elementos de Arquivologia*. Lisboa, 1957.

(2) Aprovado por Carta de Lei de 28 de Junho de 1888 e mandado publicar oficialmente pelo Decreto de 23 de Agosto do mesmo ano.

modalidade historicista, como sucede com o da Companhia Geral da Agricultura dos Vinhos do Alto-Douro, supra-mencionada, como o Banco de Portugal, e ainda com outras empresas, juntas, grémios etc. De tais imperativos brotam prementes necessidades, qual a de ter recinto apropriado e pessoal devidamente informado e habilitado para lidar com o arquivo, com a requerida rapidez e eficiência. Afirma o articulista que «ao pessoal que trabalha nos arquivos não tem sido atribuída a categoria que lhe deve competir até porque, normalmente, esse pessoal não tem qualquer especialização, e antes pelo contrário, se destaca para este trabalho geralmente o pessoal menos qualificado e capaz que se emprega na organização», o que o leva a incluí-lo na categoria de «curiosos». É muito possível que assim seja; mas as empresas têm ao seu alcance o remédio para este mal, porquanto podem recorrer, como se faz em países estrangeiros, por exemplo no Brasil, e por vezes até no nosso, ao Instituto de Orientação Profissional<sup>(1)</sup>, que lhes identifica as aptidões e capacidades. Podem e devem recorrer também ao bibliotecário-arquivista qualificado. Um arquivista requer qualidades especiais de paciência, ordem, método, inteligência, serenidade, espírito analítico, sintético e crítico, que não são tão necessários em outros trabalhos de empresa, hoje mais ou menos mecanizados.

Portugal é um país de longa tradição bibliotecária e arquivística, visto que há notícias de livrarias antigas que ascendem a remotos séculos. Os mosteiros tinham os seus cartórios em que arquivavam não somente os documentos que lhes diziam respeito, mas também muitos outros que eram confiados à sua guarda, como lugares sagrados, invioláveis e estáveis<sup>(2)</sup>. São bem conhecidos os cartórios de Vairão, de Santa Cruz de Coimbra, de S. João de Tarouca, de Pendurada, de Lorvão, das Sés do Porto, de Braga, etc., etc.. De modo que havia naturalmente monges cartorários que cuidavam do arrumo, conservação e busca dos documentos. A habilitação para o conhecimento do conteúdo dos documentos era individual e prática e bem assim a dos empregados encarregados da respectiva guarda no Arquivo Real (Torre do Tombo); como este não teve regulamento até 1526, o escrivão Tomé Lopes organizou um, conforme disse a D. João III em carta de 2 de Março daquele ano: «E quanto ao que V.A. quer saber que calidade de cousas deste Tombo el Rey seu padre, que Deus tem, mandou que se tresladassem, e possessem nos liuros que se fazem, e do que nisso tenho feito, e está por fazer, e se me foi para isso dado regimento, e se nesta Torre ha algum do dito Senhor, ou dos Reys passados, das escrituras que se nella hão de lançar, e donde, e em que tempo, e do modo em que hão de estar em guarda. Digo que este negocio começou, por mandado del Rey seu padre que Deus tem, Rui de Pina, e creio que sem regimento, e prosseguindo nelle, por arrear ou se escusar do trabalho delle, fui do dito Senhor chamado, e constringido me mandou que de todallas escrituras e cousas necessarias que nesta Torre andassem, e que parecessem que em algum tempo podiam ser providas e assinadas, fizesse tresladar e fazer em liuros,

(1) PERRET, Jean; MAGEL, Pierre e NOYER, Boris — *L'orientation professionnelle*. Paris, 1926; CLAPARÈDE, Edouard — *Comment diagnostiquer les aptitudes chez les écoliers*. Paris, 1927.

(2) PESCADOR, Maria del Carmo — *Biografía del concepto de Archivo*, p. 11.

sem para ello me dar nenhum regimento, nem no aver nesta Torre seu, nem dos Reis passados, antes por parecer mui necessario para perfeição, boa guarda e arrecadação da dita livraria e escrituras, e para os officiaes da dita Torre saberem a maneira que nisso, e em servir seus officios, e no receber e dar do treslado dellas avião de ter; eu, por mandado do dito Senhor, fiz de todo este regimento, que a V. A. invio, conforme em algumas cousas, ao que do costume antigo mais pude alcançar, e em outras ao que me pareceo necessario; o qual V. A. pode ver, e sobre isso mandar o que ouver por seu serviço»<sup>(1)</sup>.

E assim deu os primeiros passos na arquivística portuguesa, como parece. Séculos depois apresentava outro escrivão do mesmo arquivo, José Pedro de Miranda Rebelo um *Extracto do Real Archivo da Torre do Tombo Offerecido à Augustissima Rainha e Senhora D. Maria I*, em que formulava certas normas para «arrumação e distribuição dos documentos»<sup>(2)</sup>. Só muito tarde se pensou em organizar cursos especiais, que entre nós ascendem ao século XVIII, com a criação, em 1775, por proposta da Comissão de Censura da Real Mesa Censória, de uma cadeira de Ortografia Diplomática, que todavia não chegou a funcionar, por motivo do falecimento do titular nomeado, José Pereira da Silva. Posteriormente, criou-se na Universidade de Coimbra uma cadeira de Diplomática, e foi confiada a regência respectiva ao ilustre João Pedro Ribeiro. A cadeira foi transferida para Lisboa por carta de lei de 21 de Fevereiro de 1801 com a mesma regência e com a do substituto José Anastácio de Figueiredo, e o diploma estatua que deviam ser «ouvintes obrigatorios da mesma aula (Diplomática) todos aquelles que aspirarem a ser occupados nos empregos e escriturações do meu Real Archivo da Torre do Tombo e nos officios de tabellião de notas da cidade de Lisboa; e não podendo ser providos ou empregados nos mesmos officios e ministerios pessoa alguma depois de seis annos de exercicio desta cadeira sem que primeiro mostre competentemente ter frequentado com aproveitamento a mesma aula ao menos por tempo de um anno»<sup>(3)</sup>. Àquele estudo acrescentaram-se noções de Numária, Numismática e Lapidária e o regulamento de 1823 exigia também o conhecimento do Latim e de Línguas vivas. Assentaram-se desta maneira, em sucessiva progressão de habilitações e exigências, os fundamentos de uma formação cultural e técnica dos bibliotecários e arquivistas. O decreto de 28 de Maio de 1834, que extinguiu «todos os conventos, mosteiros, colégios, hospícios e quaisquer casas de religiosos de todas as ordens regulares, seja qual fôr a sua denominação, instituto ou regra» (artigo 1.º), e mandou incorporar os seus bens nos próprios da Fazenda Nacional (artigo 2.º)<sup>(4)</sup>, promoveu a distribuição das

(1) A carta, reproduzida em cópia do século XVII feita por Fr. António Brandão, foi publicada por D. José Pessanha no estudo *Uma reabilitação histórica — Inventarios da Torre do Tombo no Seculo XVI, Archivo historico portuguez*, 3, p. 287-303; Pedro de Azevedo e António Baião. — *O Archivo da Torre do Tombo*, Lisboa, 1905, p. 11-16; e João Martins da Silva Marques, *Arquivo Nacional da Torre do Tombo* (Ensaio de um *Manual de Heurística e Arquivologia I — Index Indicium*); na revista *Ethmos*, Lisboa, 1, 1935, p. 127.

(2) A obra não tem data, mas foi republicada em Lisboa, pela Biblioteca Nacional, em 1904; vide também o *Archivo da Torre do Tombo*, p. 39-40.

(3) AZEVEDO, Pedro de e BAIÃO, António — *O Archivo da Torre do Tombo*. Lisboa, 1905, p. 205.

(4) ALMEIDA, Fortunato de — *História da Igreja em Portugal*, 4, p. 377.

suas livrarias e arquivos e a criação de novas bibliotecas e arquivos, e a consequente necessidade de se recrutar pessoal idóneo. Já em Maio de 1835 se estabeleceram as habilitações para o provimento dos lugares da Biblioteca Pública, e em 14 de Outubro se mandou reabrir a aula de Diplomática na Torre do Tombo. Em 19 de Dezembro de 1844, institui-se na Biblioteca Nacional de Lisboa, um curso de Numismática, confirmado pela criação da mesma cadeira pela lei de 19 de Junho de 1855. Mas a fundação de um curso homogêneo teve de esperar até à publicação do decreto de 29 de Dezembro de 1887, que estabeleceu a Inspeção Geral das Bibliotecas e Arquivos Públicos e o Curso de Bibliotecário-Arquivista, sistematizou a organização dos arquivos e bibliotecas, reformou a Biblioteca Nacional de Lisboa, a Torre do Tombo e as bibliotecas públicas de Braga e Évora; regulou o depósito legal e a forma do provimento dos cargos, e criou bibliotecas nos estabelecimentos oficiais de instrução. O decreto de Hintze Ribeiro, de 24 de Dezembro de 1901, reorganizou o referido Curso; o de 3 de Outubro de 1903 voltou a reorganizá-lo (ministrado na Biblioteca Nacional e na Torre do Tombo); o de 11 de Setembro de 1913 criou o estágio para os arquivistas ministeriais. O decreto de 5 de Outubro de 1918 aprovou e mandou pôr em execução o regulamento do Curso Superior de Bibliotecário-Arquivista da mesma data, em que aparece, pela primeira vez, a cadeira de Arquivologia; o de 10 de Maio de 1919 publicou disposições sobre o Curso de Biblioteconomia e Arquivística; o de 12 de Fevereiro de 1920 aprovou o respectivo regulamento, da mesma data. O decreto de 27 de Maio de 1927 reorganizou os serviços das bibliotecas eruditas e arquivos, estabeleceu normas de classificação e fixou os programas das cadeiras especiais do Curso Superior de Bibliotecário-Arquivista, reformados e aprovados pela portaria n.º 7 261, de 16 de Novembro de 1931. O decreto de 21 de Dezembro de 1932 ampliou a duração do Curso para dois anos, e o decreto de 7 de Novembro de 1935, como se verifica do exposto, é apenas o último elo da extensa cadeia de reformas do Curso, e extinguiu-o em Lisboa para o instituir na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, onde se tem conservado até hoje<sup>(1)</sup>.

Se, em brevíssimo relance panorâmico, fizermos um balanço comparativo com o que se passou nos outros países, temos de reconhecer que Portugal foi dos que mais cedo cuidaram do estudo da Arquivologia. Em 1790, existia na Universidade de Magúncia uma cadeira de ciência arquivística. A moderna formação arquivística, pode dizer-se, iniciou-se com a fundação da École Nationale des Chartes, em Paris, em 1821. Em 1854, fundou-se em Viena de Austria o Institut für Österreichische Geschichtsforschung; em 1930, em Berlim, o Institut für Archivwissenschaft und Geschichtswissenschaftliche Fortbildung, restaurado no arquivo estadual de Marburgo em 1949. A Checoslováquia abriu a sua escola de Arquivologia em

(1) ESTEVENS, Manuel Santos — *Sinopse cronológica da legislação portuguesa sobre bibliotecas e arquivos (1796-1948)*. In, *Bol. da Bibl. da Univ. Coimbra*, 19, p. 131-239 e PEIXOTO, Jorge — *O Bibliotecário-Arquivista no quadro do pessoal técnico do Estado e da Administração Geral*, in *Actas do I Encontro dos Bibliotecários e Arquivistas Portugueses*, Coimbra, 1966, p. 399-427.

Praga, em 1923 e a U. R. S. S. a sua em 1938, no mesmo ano em que os Estados Unidos o fizeram. A Escola Superior de Diplomática espanhola foi fundada em Madrid em 1856 e extinta por decreto de 20 de Julho de 1900, que incorporou as disciplinas respectivas nas Faculdades de Filosofia e Letras.

Afirma o articulista, em referência ao primeiro programa do Curso, com sereno, esclarecido e isento espírito crítico: «O programa então fixado e que a seguir se transcreve, mostra claramente ter sido uma primeira tentativa, com falta de bases e experiência, notando-se a preocupação de focar os problemas que a classe a que estes cursos se destinavam, mais nitidamente sentia necessidade de solucionar... Como se verifica, o programa não apresenta uma sequência lógica e racional de ensino e pelas «Instruções e Comentários» que se lhe seguem concluímos, como já se disse, que existiu principalmente a preocupação de se conseguirem soluções mais aperfeiçoadas para os casos concretos postos pelos próprios alunos sem, no entanto, se encarar seriamente a preparação de especialistas para o exercício da profissão de Arquivista em qualquer tipo e natureza de empresa».

Temos, em primeiro lugar, o dever de prestar homenagem ao seu organizador, por ser o pioneiro deste ensino em Portugal e por imaginarmos o esforço de inteligência, de saber e de reflexão que a sua elaboração o obrigou a dispender. Depois disto, podemos vogar na crítica do articulista com as restrições que se impõem, por não focar objectivamente a falta de «sequência lógica e racional de ensino» e por afirmar que não se encarou nela seriamente a referida preparação.

Na verdade, enferma o programa inicialmente da falta de definição dos termos e dos conceitos neles implícitos. Não se apresenta, ao nível requerido, o conceito de *arquivo*, *arquivologia*, *arquivista*, *pendentes*, *pendência*. Apenas nos deteremos no conceito de *arquivologia*. A *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira* define a palavra como «tratado relativo à organização de arquivos. Ciência de arquivos»; *Arquivística* «conjunto de processo ou arte de arquivista» (Suplemento). O Grande *Dicionário da Língua Portuguesa* de A. Morais e Silva (última edição) explica: «*Arquivologia*: estudo respeitante à organização de arquivos. Ciência dos arquivos, e *Arquivística*, arte ou processos de arquivista». O *Manual do Arquivista*, de Heloisa de Almeida Prado, especifica: «*Arquivologia*: tem sido usado não só no sentido de arquivonomia<sup>(1)</sup>, como também para definir estudos sobre os arquivos da antiguidade». «*Arquivística*: É a técnica de se organizarem os arquivos, isto é, de se classificarem, guardarem, conservarem e acharem os documentos, quando desejados»<sup>(2)</sup>. É certo que, segundo pondera T. E. Schellenberg, «indistintamente se usan este término y el de *archivologia* como sinónimos»<sup>(3)</sup>. Não obstante, dado que o mais recente dicionário da língua portuguesa e uma

(1) *Arquivonomia* é o conjunto de determinações e conhecimentos para instalar, organizar e administrar os arquivos», como define a mesma autora (p. 14).

(2) P. 14.

(3) *Archivos modernos. Principios e técnicas*, p. 43.

tratadista brasileira hodierna assinalam claramente a diferença entre o significado de ambas as palavras, convém usá-las nos seus sentidos específicos, e sendo assim, o título de «Programa de Arquivologia» deveria ser «Programa de Arquivística», visto que, de mais, se aplica a um Curso ou disciplina de ordem essencialmente prática e técnica<sup>(1)</sup>, e não especulativa.

Quem estiver familiarizado com os preceitos didácticos, estranha que, a acompanhar o programa, não se tivessem apresentado esquemas ou planos de lições devidamente organizados, com as requeridas indicações metodológicas e processológicas, tanto mais que tal programa necessariamente teria de ser realizado em lições<sup>(2)</sup>.

O programa não traz qualquer indicação bibliográfica. Embora se trate de alunos naturalmente só de cultura elementar ou média, o que se colhe nas aulas não pode ser sempre convenientemente assimilado, pelo que se impõe a consulta de um ou outro livro acessível, como por exemplo o *Manual do arquivista*, de Dr.<sup>a</sup> Heloisa de Almeida Prado, a *Arte de classificar e de arquivar*, do Dr. Mário Gonçalves Viana, o *Manual de arquivos*, de T. R. Schellenberg, com questionários, os *Documentos públicos e privados*, de T. R. Schellenberg, o *Manual de arranjo e descrição de arquivos* de S. Muller, J. A. Feith e R. Fruin, *Arquivos administrativos* de Fernando Liz, todos indicados na bibliografia.

O programa traz umas «Instruções e Comentários» em que se diz que o professor procurará, se possível, que cada um dos alunos explique o esquema de funcionamento do arquivo da sua empresa, para discussão. Tal processo afigura-se-nos excelente visto que se chama o próprio aluno a participar activa e concretamente na sua formação individual ainda com grande benefício da dos outros alunos. Também se preconizam visitas a empresas. É o que se chama «escola activa».

Se bem interpretámos o pensamento do articulista, não vimos qualquer razão para se afirmar que com tal programa e processologia de execução se não encarou seriamente a preparação de especialistas para o exercício de arquivista em qualquer tipo de empresa. Nada

(1) Na terminologia arquivística aparecem os vocábulos seguintes relacionados com *arquivo*: *arquivista* (esp. *archivero* ou *archivista*, fr. *archiviste*, it. *archivista*, ing. *archivist*, *recorder*, *keeper of the record*, al. *Archivar*) com o sentido de «encarregado de arquivo o que dirige o arquivo, conservador de arquivo»; *arquivologia* (esp. *archivologia*, fr. *archivologie*, it. *archivistica*, ing. *archivology*, al. *Archivwesen*) com o sentido de «ciência que trata dos arquivos, da conservação, administração, classificação, interpretação etc. dos documentos»; *arquivália* (esp. *archivalia*, ing. *archivalia*, al. *archivalien*, hol. *archivalia*) com a acepção de «núcleo de documentos conservados num arquivo»; *arquivonomia* ou *arquivoeconomia* (esp. *archivonomia*, fr. *archivonomie*, it. *archiveconomia*) com o significado de «conjunto de determinações e conhecimentos para instalar, organizar e administrar os arquivos»; *arquivonómica* (esp. *archivonómica*) com o significado de «actividade dos arquivos, sua função, progresso, desenvolvimento, locais e instalações, organização, pessoal e serviço ao público»; *arquivística* (esp. *archivistica*, fr. *archivistique*, it. *archivistica*) com o sentido «ciência que trata dos arquivos». Vide T. R. Schellenberg, *Archivos modernos. Principios y tecnicas*, p. 43 e Heloisa de Almeida Prado, *ob. cit.* p. 14.

(2) PANTON, J. H. — *Modern teaching, practice and technique*. London, 1954; PINSENT, A. — *The principles of teaching method*. Londres, 1955; e GREEN, George — *Planning the lesson*. London, 1948.



nos autoriza a duvidar da deontologia profissional do professor que o elaborou e executou e que, embora em condições precárias de quase improviso inicial, soube apresentar nele rubricas essenciais para aquela preparação.

Segundo afirma o articulista, no ano de 1963-1964 alterou-se o programa, o que significa que o primeiro programa vigorou dois anos lectivos, apesar das imperfeições reconhecidas. O programa velho modificou-se «numa tentativa de ordenação mais lógica e eficiente dos assuntos focados, omitindo alguns e dando mais desenvolvimento a outros, sem, no entanto, se proceder a modificações profundas, uma vez que não era possível alterar a orgânica dos cursos, nem ampliar o tempo lectivo destinado a esta disciplina».

Este programa é bem mais extenso, desenvolvido e pormenorizado que o anterior, e apresenta melhor conformação lógica, embora a seriação dos assuntos não nos pareça devidamente apresentada. Assim os conceitos iniciais deveriam ser *arquivos* e *arquivística* (ou *arquivologia*) e depois sobrevir o panorãma histórico de *arquivo*, *arquivologia* e *arquivística*. Ora o conceito de *arquivo* só aparece na 3.<sup>a</sup> secção. Uma vez apresentados os conceitos e a panorãmica, seguir-se-iam as inerências de *arquivo* (31, 32, 33, 34 (340 a 343), 37 (370 a 376) e 38; a secção 2, metodologia arquivística: 20, 21, 22, 23 (230, 231 e 2 310 a 2 317), 24, 25 e 27; 36 (360 a 363); os problemas do pessoal: 26 (260), 35 (350 a 352); finalmente a secção 4 (40).

À primeira vista, poderia parecer descabida a inclusão da secção 4 (Bibliotecas) num programa de Arquivística, visto que tal assunto pertence à Biblioteconomia. Contudo reputamos muito pertinente e oportuna tal inclusão, visto que, hoje em dia, muitas empresas têm serviços culturais para o seu pessoal, bibliotecas especializadas para os seus técnicos e de carácter ficcionista popular para os seus empregados e familiares. O arquivista ou melhor, o auxiliar de arquivista que este curso procura formar deve possuir noções gerais de biblioteconomia para enfrentar os problemas que possam surgir quando for encarregado destes serviços, na ausência ou substituição de um bibliotecário qualificado.

É bem sabido que a técnica invade, avassala e domina hoje todas as actividades, e, em maior escala, as económicas, que necessariamente requerem precisão, celeridade e eficiência nas tarefas variadas e complexas que os negócios impõem. Os serviços do Estado, das empresas, das bibliotecas, dos arquivos utilizam hoje regularmente processos mecânicos de trabalho, com resultados eficientes e de grande rapidez<sup>(1)</sup>. A microfilmagem, as máquinas registadoras, calculadoras, contabilísticas, classificadoras, selectoras, os cartões perfurados, os gravadores magnéticos etc. simplificaram e reduziram consideravelmente o esforço do homem. Se as máquinas

(1) Da mecanização nos serviços das bibliotecas trata a obra recente, *Libraries and automation*, editada por Bárbara Evans Markuson, Washington, Library of Congress, 1964, que reproduz as actas da conferência sobre bibliotecas e automatização, realizada na Fundação Airlie, em Warrenton, em Maio de 1963, sob o patrocínio da Biblioteca do Congresso, da Fundação Nacional da Ciências e do Conselho dos Recursos Bibliotecários. Doutrinas e práticas expandidas nesta obra podem aplicar-se, *mutatis mutandis*, à processologia arquivística.

mecanográficas, vulgares e correntes não evitam a preservação arquivística do documento original, como medida preventiva do desaparecimento total do seu conteúdo, nas electrónicas, com gravação em fita magnética, recebida directamente do documento dactilografado com tinta magnética, ou escrito com lápis de grafita, registam-se rapidamente as informações (à razão de 15 000 caracteres por segundo), seleccionam-se, e reproduzem-se, quando solicitadas, à média de 15 000 a 60 000 caracteres por segundo, e, dada a acumulação de informações numa só fita, que pode alcançar 15 000 000 de caracteres, esta será susceptível de deterioração ou destruição e de não resistir sequer ao desgaste do tempo, o que também pode suceder aos documentos escritos com tintas magnéticas. Estas máquinas são de alto preço e os técnicos que as manuseiam recebem salários proibitivos. Bancos, companhias de seguros e outras empresas utilizam todavia tais métodos, mas restritos ao preenchimento de cheques e contratos com tintas magnéticas ou grafitas<sup>(1)</sup>. Fácilmente se imagina a perplexidade que a aceleração desta processologia técnica deixa na mente de todos os interessados em arquivologia e arquivística e na sua actuação pragmática, tanto mais que não se alcançam, de momento, confrontos e muito menos soluções adequadas dos problemas inerentes supervenientes. É manifesto que nem o curso universitário de bibliotecário-arquivista, nem este curso de arquivologia para empresas, mais maleável e livre em modificar-se, encararam ainda estas perspectivas — algumas até já realizadas entre nós<sup>(2)</sup> —, pelo que neste, como aliás em outros sectores, estão manifestamente desactualizados<sup>(3)</sup>.

Como no primeiro programa, também neste não figura qualquer plano de lição.

O programa também não indica bibliografia.

✱

Os cursos em muito boa hora instituídos pelo Sindicato Nacional dos Empregados de Escritório do Distrito de Lisboa, por intermédio do Centro de Aperfeiçoamento Profissional, representam uma iniciativa altamente meritória e benéfica para aqueles empregados, pelo que aquela instituição merece o reconhecimento geral e a gratidão de todos.

(1) Estes problemas estão tratados nos cursos respectivos publicados pelo Conservatório de Artes e Ofícios de Paris, onde o Professor André Brunet orienta cursos e estudos sobre o emprego da mecanografia e electrónica nas empresas. V. R. Marquant, *Os Arquivos e as modernas pesquisas economicas e sociais*, p. 28-30.

(2) Por ocasião do II Encontro dos Bibliotecários-Arquivistas, realizado em Lisboa em Março-Abril de 1966, fez-se uma exposição de material de escritórios, bibliotecas, arquivos etc. em que figuraram algumas máquinas mecanográficas e outras.

(3) Os dois Programas do Curso de Arquivologia para Empresas referem-se respectivamente à microfilmagem e a máquinas de microfilmagem e de leitura de documentos microfilmado.

No I Encontro dos Bibliotecários e Arquivistas Portugueses, Abril de 1965, foi apresentado por Joaquim Paiva Chaves, uma tese intitulada *Projecto de organização de um arquivo clínico hospitalar utilizando métodos mecanográficos*, que infelizmente não foi publicada nas *Actas* (p. 546), por falta de espaço. V. também Gustavo de Castro, *Equipamento de Cartões Perfurados*, Lisboa, Laboratório de Engenharia Civil, 1962.

O Curso de Arquivologia visa naturalmente completar a formação de arquivistas ou melhor de auxiliares de arquivistas de empresas, para maior eficiência dos serviços inerentes, tanto mais que se considera o «Arquivo a espinha dorsal de todos os escritórios». Naturalmente o curso é frequentado por empregados de escritório, todos em geral de cultura elementar ou média, pelo que necessariamente ele deve ter um nível correspondente. Ora os programas apresentados são em sua maior parte de carácter prático e técnico, com pequena parte cultural, e não contêm matérias que ultrapassam tal nível, como parece. Dado o número de milhares de empregados de escritório dispersos por Lisboa, Porto, Coimbra, Luanda e Lourenço Marques, etc., certamente em maior quantidade na capital, e pensamos que todos têm interesse em o frequentar, porque lhes pode ser atribuído o serviço de arquivo, verifica-se que a frequência do curso é diminuta, porquanto em 1965 o seguiram 22 alunos e 35 alunos num total de 57. Urge pois chamar, de todas as maneiras, mais empregados ao curso, com o fim de se valorizarem cultural e tènicamente e poderem assumir nova categoria — arquivistas ou auxiliares de arquivistas de empresas — devidamente remunerada.

Já em 1962-1963, com o programa de 1961, verificou o Sr. Prof. Emanuel Domingos de Oliveira que «apesar de todo o interesse e boa vontade com que se dedicou à tarefa que lhe fora confiada, se viu na impossibilidade de a poder executar convenientemente, porquanto não lhe foi possível ministrar os ensinamentos convenientes e necessários, com o programa estabelecido, em um período de tempo tão diminuto, pois, de facto, não lhe foi possível sequer dar um quarto da matéria prevista no programa». No ano de 1963-1964, com o novo programa, «mais uma vez foi forçado a verificar a impossibilidade de formar arquivistas capazes, pois o tempo lectivo não permitiu a realização de aulas práticas e mal chegou para dar resumidamente cerca de dois terços do programa. Manteve-se a situação no ano lectivo de 1964-65, mas recorreu-se a um expediente de propaganda e a uma experiência com que se pretendeu avaliar as possibilidades de um curso de formação acelerada, o que ainda levou à verificação de insuficiência dos tempos lectivos, que, conquanto bastassem para se dar resumidamente todo o programa, não permitiram darem-se aulas práticas. Os próprios alunos, reconhecendo essa insuficiência, solicitaram a prorrogação do curso por três meses»<sup>(1)</sup>.

Nestas condições, urge remediar estes males, ou encurtando o programa ou alongando o tempo lectivo. A primeira solução deve pôr-se de parte, pois todas as rubricas indicadas no programa são fundamentais, pelo que tem de se optar pela segunda.

Ainda que uma formação acelerada possa aceitar-se em casos de imperiosa emergência<sup>(2)</sup> é por demais recomendável que não se recorra a ela, dado que o ensino deve ser ministrado

(1) *Cad. Bibl. Arq. Doc.*, Coimbra 3(3), Julho 1966, p. 97.

(2) O próprio Estado recorreu a ela para a formação do pessoal de arquivos. O decreto n.º 130 de 11 de Setembro de 1913, no seu artigo 2.º, facultou ao pessoal a cujo cargo se encontrassem ou viessem a encontrar todos os arquivos que directamente ou indirectamente dependessem das Secretarias Gerais dos Ministérios do Interior, Justiça, Finanças, Marinha, Estrangeiros, Fomento, Colónias e Instrução Pública — a frequência de um curso prático (estágio) na sede da Inspeção das Bibliotecas Eruditas e Arquivos, e determinou que os indi-

em pequenas doses e ser do tipo repetitivo e neste caso essencialmente prático. O Curso deve pois ter a duração de um ano com três, ou mais tempos lectivos por semana, conforme se reconhecer conveniente.

O curso faz-se em Lisboa, e por isso tem um carácter local, necessariamente restrito, restritivo e precário. Importa pois alargá-lo e generalizá-lo a todos os grandes centros nacionais de actividade económica para benefício de todas as empresas e de todos os que estiverem interessados na técnica arquivística específica.

O interesse do curso e da criação de uma categoria profissional de arquivistas ou auxiliares de arquivista de empresa é indiscutível. Por consequência é imprescindível a sua normalização e oficialização, bem como o reconhecimento jurídico daquela categoria de funcionários. Uma vez conseguido isto, os diplomados com aquele curso poderiam ser não somente colocados em empresas particulares de qualquer género, mas ainda em pequenos municípios, grémios etc., com preferência legal e exclusiva de colocação.

Tomou o Sindicato Nacional dos Empregados de Escritório do Distrito de Lisboa a benemérita iniciativa de inaugurar na capital o curso de Arquivologia para auxiliares de arquivistas de empresas; porém como o benefício é de ordem geral, segundo se disse, importa interessar todas as empresas, sindicatos, corporações, associações económicas, grémios etc., na sua disseminação e itinerância, para cujo financiamento deveriam contribuir.

No I Encontro dos Bibliotecários e Arquivistas Portugueses (Coimbra, Abril de 1965), em comunicação intitulada «Arquivismo e Cultura», a Sr.a D. Maria Emília Pereira de Figueiredo Arruda Pacheco, apresentou, entre outras, as seguintes conclusões: «3 — Alargamento dos quadros do pessoal técnico-científico dos arquivos, que se mostra insuficiente, e criação de técnicos auxiliares de nível médio; 4 — Desdobramento do Curso de Bibliotecário-Arquivista, tomando em conta as diferentes estruturas de bibliotecas, arquivos históricos e arquivos modernos; 5 — *Introdução de novas disciplinas no curso de arquivistas*, visando uma mais completa formação histórica e as múltiplas necessidades práticas, cada vez mais indispensáveis na arquivística moderna»<sup>(1)</sup>. No mesmo Encontro, o sr. Dr. Adelino Pedro Ramos Natário, na sua comunicação intitulada *Biblioteca-Arquivo do Banco de Portugal*, formula, entre outras, as seguintes conclusões: «2 — Reconhecimento funcional e material da importância

---

víduos com este curso tivessem preferência no provimento dos lugares de arquivistas dependentes dos diferentes Ministérios; e incumbiu o inspector das Bibliotecas Eruditas e Arquivos de organizar e fixar as condições daquele curso de especialização, que começaria em Outubro seguinte e terminaria em Julho de 1914 (*Diário do Governo*, n.º 213 de 11 de Setembro de 1913). Um diploma posterior, o decreto n.º 508, de 21 de Maio, tornou aquele estágio permanente (*Diário do Governo*, n.º 70, I série, da mesma data). Porém o decreto n.º 4885, de 5 de Outubro de 1918 (*Diário do Governo*, n.º 222, I Série, de 11 de Outubro do mesmo ano), que promulgou o *Regulamento do Curso Superior de Bibliotecário-Arquivista*, criado pelo artigo 21 do decreto com força de lei n.º 4312 de 8 de Maio de 1918 (*Diário do Governo*, I série, n.º 117, de 29 de Maio do mesmo ano), considerava já que aquele estágio «*não dava nenhuma garantia para a formação do pessoal superior das bibliotecas e arquivos*».

(1) *Actas do referido Encontro*, p. 378.

do Bibliotecário-Arquivista como técnico de preparação exigente e de contínuo esforço de actualizado aperfeiçoamento; 4 — Introdução nos actuais Cursos de Bibliotecários-Arquivistas, ou noutros que se venham a criar, de *disciplinas que visem mais aspectos de imediata e eficiente utilização* que exclusivos ou tradicionais conhecimentos humanísticos» (1). Ainda no mesmo Encontro o Sr. Dr. António Manuel da Costa Gomes Simões apresentou uma comunicação sobre «Bibliotecas de Empresa», em que alvitrou: «Que a Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, juntamente com a reforma que pretende fazer do Curso de Bibliotecário-Arquivista, encare a criação de um *curso médio de Biblioteconomia e Documentação*, onde sejam professados os princípios elementares destas disciplinas para formação de vigilantes ou sub-bibliotecários ou auxiliares de biblioteca (designação a escolher), os quais se destinariam aos estabelecimentos particulares onde o pequeno número de espécies não justificasse a presença contínua de um técnico mais qualificado» (2).

Há pois sugestões no sentido de se criar na Faculdade de Letras de Coimbra um *curso médio de Biblioteconomia e Documentação*, de se formarem *técnicos auxiliares de nível médio*, de se orientarem os estudos dos bibliotecários-arquivistas também dentro de *aspectos de imediata e eficiente utilização*; duas destas sugestões provêm de funcionários de empresas.

O Curso de Bibliotecário-Arquivista, desde 1887 até hoje tem tido longa e variada evolução, com maiores ou menores exigências de preparação, consoante as reformas supra-indicadas. Hoje, para a sua frequência, exige-se um curso superior, confirmado por documentação própria a apresentar, e um exame de admissão, de cultura variada, histórica e linguística etc. Os seus diplomados são técnicos de formação universitária ou equivalente, habilitados portanto a encararem toda a problemática da biblioteconomia, arquivologia e arquivística, inclusive a superior de empresas, embora no Curso não tenham recebido, especificadamente estágio técnico inerente a esta última. A instituição de cursos médios não cabe numa Universidade, que é uma escola superior. Um curso médio cabe numa escola média e a sua preparação não se coaduna com actividades de ordem superior, como é óbvio e bem reconhecido até por empresas que recrutam e contratam o seu pessoal superior de bibliotecas e arquivos entre indivíduos de formação superior.

Há muitas empresas que, antigas ou modernas, consideram os seus serviços bibliotecário-arquivísticos da maior importância pelo constante recurso a eles para a sua actividade e expansão, pelo que neles preferem funcionários de nível cultural superior. Está neste caso o Banco de Portugal que, num total de oito empregados daqueles serviços, os tem «quase todos com cursos da Faculdade de Letras ou com a sua frequência» (3).

O que se nos afigura indispensável, perante as exigências prementes e cada vez mais importantes dos serviços bibliotecário-arquivísticos das empresas, que pretendem vê-los diri-

(1) *Actas do referido Encontro*, p. 484.

(2) *Actas do referido Encontro*, p. 542-543.

(3) NATÁRIO, Adelino P. Ramos — *Biblioteca-Arquivo do Banco de Portugal* in *Actas do I Encontro*, p. 480.

gidos por funcionários de formação superior, é o Curso de Bibliotecário-Arquivista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra incluir, e desde já, além da cadeira de Arquivologia, que já tem, a cadeira de *Arquivística de empresas*, com o devido estágio prático em empresas modelarmente organizadas, uma cadeira de *Estatística*, outra de *História de Economia* e um curso de mecânica e electrónica arquivística<sup>(1)</sup>; as que não quisessem ou não pudessem tê-los orientados por pessoal de formação superior recorreriam ao pessoal de formação média.

(*Conclui no próximo fascículo*)

MARIA LÚISA SAAVEDRA MACHADO  
*Arquivo da Universidade de Coimbra*

---

(<sup>1</sup>) Note-se a diferença que fazemos, e já hoje aceite, entre *Arquivologia* e *Arquivística*. Sobre a necessidade de se actualizar o Curso de Bibliotecário-Arquivista veja-se PEIXOTO, Jorge, *Relatório Final* na sessão de encerramento do I Encontro e *O Bibliotecário-arquivista no quadro do pessoal técnico do Estado e da Administração Geral*, in *Actas do I Encontro dos Bibliotecários-Arquivistas*, respectivamente p. XXXIX-XLIV e 399-427.